

Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor - CTPAPD

Ata da 6ª Reunião Ordinária de

Data: 20/02/2013

Local: Auditório do Centro de Arquitetura e Urbanismo

Membros Titulares e Suplentes presentes: *Daniel Gleidson Mancebo de Araujo (Coordenador – CGPU-SMU); Marcelo Silva da Fonseca (CAIS-SMU); Ângela Pires Cegalla (CGPE-SMU); Brasiliano Vito Fico (SMAC); Patrícia Ney de Montezuma (Rio-Águas); Ricardo Neiva D’Orsi (Geo-Rio); Carlos Eugênio Figueiredo (Comlurb); Paula Machado (IRPH); Luiz Paulo Gerbassi Ramos (SMTR); Henrique Mendes Torres (CET-Rio); Luís Fernando Valverde Salandía (SMH); Cesar de Faria Vieira (SMO); Solange Cintra (CAU-SMU); Jean Pierre Janot (CAU-SMU); Claudia Muricy (CGPU-SMU); Pedro Rolim (CGPU-SMU); Antônio Corrêa (CAU-SMU)*

Órgão não representado: SEOP

Assuntos tratados:

A reunião foi iniciada às **dez horas e vinte minutos** com a seguinte pauta:

- 1 – Aprovação da Ata da 5ª Reunião do CTPAPD;
- 2 – Informes gerais;
- 3 – Discussão dos temas intersetoriais

O coordenador, Daniel Mancebo, inicia a reunião com a leitura da Ata da 5ª Reunião do CTPAPD, sendo aprovada por todos os componentes do comitê.

Após a leitura e aprovação da ata, o coordenador inicia os informes gerais. Daniel Mancebo informa que enviou os ofícios constantes da última ata. No que tange à confirmação/indicação dos representantes, foi informado que após o recebimento das respostas dos membros do Comitê Técnico será republicada no Diário Oficial a resolução de sua constituição para o ano de 2013. Os órgãos que enviaram sua representação até o momento foram: SMH, Comlurb, SMTR, Geo-Rio, SEOP e Cet-Rio.

Foi informado que também foi enviado ainda outro ofício versando sobre o alinhamento das metas com o Plano Diretor e encaminhando o Relatório 2011-2012 produzido pelo Comitê Técnico. Daniel distribuiu os Cd's com cópias do Relatório 2011-2012 e a versão impressa correu o público. Os arquivos foram abertos no projetor. Foi mencionado ainda que o texto permanece o mesmo já analisado por todos, sendo que o sumário foi elaborado por temas, ao invés de disposto pelos órgãos. Comunicou-se ainda que foram encaminhados ofícios de convocação dos novos representantes, e que está sendo analisado se será necessário republicar o Decreto com a nova lista de integrantes do grupo.

O coordenador inicia a discussão dos temas intersetoriais. Daniel explica que os temas que já foram discutidos necessitam de mais detalhamento, como o tema das áreas de risco.

Foram iniciadas as discussões com as ações intersetoriais levantadas pela SMTR. Gerbassi iniciou versando sobre o Trecho 6 do Anel Viário. Expôs que a SMU apresentou uma alternativa de traçado para a ligação do Trecho 6 com o centro de Santa Cruz pela Rua do Império em função dos Projetos de Minha Casa, Minha Vida, mas que apresentava problemas, uma vez que segregava esta via a qualquer transposição e limitava o acesso às glebas laterais ao BRT. A CET-Rio fez uma proposta alternativa, mas os projetos de largura para o PA proposto pela CET-RIO, não comportavam os elementos descritos no texto, apresentando larguras insuficientes aos espaços necessários para as ciclovias e passeios para pedestres. Em seu parecer a CGP/SMO concordou com as seções apresentadas no parecer da SMTR, entretanto evidenciando a impossibilidade do reposicionamento da rótula face a distância insuficiente para o desenvolvimento das rampas para transposição do gabarito ferroviário. A SMTR efetuou a readequação das seções transversais à proposta de PA reapresentada pela CGP/SMO, ficando dentro do limite mínimo razoável.

Segundo Daniel, é um processo que está andando, mas inquire: qual é o foco intersetorial da discussão?

Gerbassi explicita ocorrência de ocupações indevidas nos PA's existentes, e ainda que há a necessidade de definição das áreas de influência dos BRT's no âmbito dos Planos de Estruturação Urbana (item 2), sob o risco de sobrecarga excessiva do sistema. Ressaltou ainda, no item 3 apresentado, que há bastante interlocução da Cet-Rio com a SMU nos assuntos referentes a Polos Geradores de Viagens.

Segundo Gerbassi, a inclusão do PA do Trecho 6 tem o respaldo das instâncias superiores, não tendo como responder sobre o que será definido sobre o traçado de ligação entre o Trecho 6 e o centro de Santa Cruz.

César Vieira ressaltou que, enquanto técnicos, deveríamos ter um posicionamento, um

consenso técnico. Segundo Gerbassi, o consenso foi o estabelecido entre os vários órgãos envolvidos no âmbito do GT de Santa Cruz sob a coordenação da SMU tendo seu relatório/diagnóstico sendo submetido e aprovado pelo COMPUR e publicado no DOM, versando em seguida sobre as soluções discutidas no âmbito do GT.

César sugeriu que a discussão viesse para o Comitê e que saísse daí um parecer. Daniel explanou que não seria o objetivo do Comitê focar em projetos específicos, no que Gerbassi diz que não é específico, mas sim, estratégico. Daniel complementa informando que, com base na ação intersetorial levantada devem ser levantadas as questões pertinentes ao processo em si que podem auxiliar no entendimento do problema. Daniel então fez um resumo dos pontos apresentados pela SMTR, sendo complementado por Gerbassi.

Jean Janot expõe que essa discussão e interface vão acontecer em vários projetos (Olímpicos, BRT's, Estações, ...) e que talvez não seja o foco para discussão, propondo o foco em demandas do Plano Diretor.

César concorda em parte, pois teme que o Comitê corra o risco de não funcionar, e questiona qual a efetiva forma de atuar no Plano Diretor.

Henrique trouxe algumas questões: em que medida os órgãos usam o Plano Diretor, em que medida o Plano Diretor realmente orienta os órgãos?

Gerbassi explica que as ações eram pautadas, mas as decisões algumas vezes fogem do âmbito técnico.

Daniel cita como questão fundamental a necessidade de fazer com que as ações do Plano Diretor sejam implementadas da melhor forma. Ressaltou que não se deve perder a noção do todo, e que os projetos poderiam ser usados como exemplos.

Segundo Gerbassi, os desdobramentos sobre o PA do Trecho 6 estão ainda no âmbito do processo em andamento.

Cláudia Muricy explica que o foco do Plano Diretor é a política; por mais estratégicos que os planos sejam, devem acompanhar o desenvolvimento da política. É um foro novo, então é compreensível que nos primeiros meses a gente discuta a forma de como acompanhar os projetos, a discussão é normal. Ressaltou a presença do outro Comitê (CIGG de Desenvolvimento Urbano), que é o político.

Antônio concordou, já foram levantados os problemas e poderemos olhar todos juntos, olhar de maneira coletiva, e depois esses temas seriam trabalhados em outra instância.

Valverde crê que a discussão pode alertar para a necessidade de integração até em outros fóruns. Tomando como exemplo, informou que a SMH tem nas metas um determinado número de

comunidades a serem trabalhadas. A articulação foi pensada pela SMH, mas no Comitê podem ser apresentadas novas formas de articulação.

Daniel lembrou que na próxima reunião já podem trazer o assunto.

Valverde ressaltou que foi dito na última reunião que projetos que demandassem maior interlocução pudessem ter agendas intermediárias.

Daniel retomou a discussão com os outros órgãos.

Antônio Correia citou os projetos: Corredor Maracanã-Engenhão, com PEU e linhas de transporte concorrentes. Outro projeto é o centro da Pavuna que envolve questões econômicas, de transporte, habitacional, dentre outras. Tem relação com diversos órgãos, inclusive do Governo Estadual.

Paula apresentou os projetos do IRPH: Arrecadação de imóveis abandonados; Praça do Trem; e Porto.

Paula apresentou o andamento dos processos de arrecadação. Pedro Rolim e Ângela Cegalla complementaram as informações sobre o andamento dos processos.

Valverde ressaltou a expansão desse instrumento de arrecadação para outros órgãos, como por exemplo o Programa Novas Alternativas, que desapropria os terrenos, o que acaba ficando caro, até pelos investimentos que estão sendo feitos no Porto.

Cláudia lembra que a abordagem deve ser do macro para o micro, no que Daniel mencionou a necessidade de haver vinculação com o Plano Diretor.

César citou que poderíamos juntar as coisas, por que não associar arrecadação de imóveis com os BRT's? Gerbassi ressaltou que esses links deveriam se dar no âmbito dos Planos de Estruturação Urbana, da LUOS e instrumentos como IATs. Segundo Daniel, os corredores também são uma forma de organização territorial, e que existem outros instrumentos além dos PEU's.

Voltando às ações do IRPH, Paula versou sobre as ações no Porto, as intervenções já executadas e como se deu a interlocução com outros órgãos.

Segundo Ângela, é difícil não pensar pontualmente, no entanto deve-se pensar nos problemas encontrados e em quais órgãos precisamos inserir nos trabalhos.

Daniel afirma então que devemos levantar quais são nossos problemas de interlocução. A segunda questão é a ligação dos projetos com o Plano Diretor, cada órgão deverá responder a essas questões para cada projeto.

Ricardo Neiva trouxe projetos da Geo-Rio que não tiveram problemas de interlocução e informou que a Geo-Rio é um órgão essencialmente de execução.

Patrícia Montezuma falou que mesmo que não haja um problema, deve-se levantar quais

pontos podem ser aprimorados ou revistos para diminuir a incidência de problemas futuros, melhorando a performance dos órgãos que são de execução, como também a Rio-Águas.

Marcelo Fonseca explica que o Plano diretor não é propositivo, é conceitual, sendo o Plano Estratégico o propositivo. A dificuldade é ter a visão conceitual do Plano Diretor. Existem gargalos que nos impedem de atingir os conceitos do Plano.

Daniel ressalta que, como já dito por Cláudia, ainda estamos no início das discussões porém, enfatiza que com o enriquecimento destas discussões no âmbito do Comitê Técnico poderemos avançar no que se refere à identificação de gargalos, ao planejamento mais adequado das ações e a uma avaliação acerca da articulação intersetorial. Afirma que poderemos fazer um vínculo com os conceitos macro em um momento posterior.

Jean diz que o conflito não é um problema, que iremos mudar de escala e discutir.

Cláudia versa ainda que se pode ter um Plano Diretor conceitual aliado a um Plano Estratégico, basta saber associar as ações.

Daniel, ao final da reunião, lembrou que será enviado para todos o documento que consolida as propostas dos órgãos. Também solicitou que os representantes avaliem a forma do Relatório de Acompanhamento do Plano Diretor 2011/2012 para discutirmos na próxima reunião o formato do de 2012/2013. O objetivo inicial é que seja mais intersetorial.

ENCAMINHAMENTOS:

Como encaminhamentos, os representantes da SMU deverão enviar aos demais membros do Comitê:

- A Ata da 6ª Reunião do CTPAPD para leitura e posterior aprovação;
- Arquivo consolidado com as propostas de cada órgão para o Comitê.

Os representantes dos demais órgãos deverão:

- Em cada projeto listado, explicitar os problemas de interlocução e possíveis soluções que melhorariam as ações;
- Associar as ações propostas ao Plano Diretor
- Analisar o Relatório 2011-2012 e propor nova estrutura, visando maior intersetorialidade.

Os trabalhos foram encerrados às 12:20h.